

Folha Informativa SRAA

2025-10-24

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumário
<u>Regulamento de Execução (UE) 2025/2174</u>	2025.10.24	Comissão Europeia	Altera os anexos V e XIV do Regulamento de Execução (UE) 2021/404 no que diz respeito às entradas relativas ao Canadá, aos Estados Unidos e ao Reino Unido nas listas de países terceiros, territórios ou respetivas zonas autorizados para a entrada na União de remessas de aves de capoeira e produtos germinais de aves de capoeira, e de carne fresca de aves de capoeira e aves de caça.

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias



Secretários da Agricultura de Açores e Madeira concertam posições e analisam protocolos

O Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, António Ventura, reuniu-se hoje com o Secretário Regional de Agricultura e Pescas da Madeira, Nuno Maciel, que está de visita aos Açores para conhecer de perto a realidade agrícola da Região. Esta deslocação, que compreende várias visitas a explorações de leite, de carne, ao setor hortofrutícola, da apicultura e da banana, permitirá ao governante compreender de perto a realidade da agricultura açoriana.

Na agenda está prevista também a análise de dois protocolos assinados em 2022 entre o Governo dos Açores e da Madeira em matéria de agricultura e recursos florestais.

Os governantes estiveram reunidos com a Federação Agrícola dos Açores onde foram abordados diversos temas agrícolas relacionados com as duas regiões.

“A análise destes protocolos deve resultar numa revisão, tendo em conta as novas circunstâncias da agricultura no mundo, no que diz respeito à segurança e ao abastecimento alimentar”, realça António Ventura.

Em 2024, os Açores exportaram para a Madeira um total de 2.540 toneladas, designadamente de leite, leite em pó, queijo, manteiga, iogurtes e soro.

Em 2025, até à data, foram expedidos 1.271 bovinos para a Madeira, sendo que em 2024 foram expedidos 2.656 bovinos.

“A Madeira é uma região consumidora de carne bovina e de laticínios e os Açores são uma região produtora destes alimentos. Do mesmo modo, a Madeira é produtora de produtos alimentares subtropicais. É nesta perspetiva que importa fortalecer a complementaridade alimentar entre as duas Regiões Ultraperiféricas”, prossegue António Ventura.

Reforçar as trocas comerciais entre os dois arquipélagos é um objetivo comum dos dois governantes.

O Programa POSEI é também tema central na agenda, percebendo-se a vontade da Comissão Europeia em efetuar junções futuras de fundos comunitários que afetam as verbas deste programa.

Neste sentido, os dois secretários regionais opõem-se a esta proposta de junção de fundos comunitários, vincando que o POSEI é muito mais do que um programa de financiamento, representando, acima de tudo, um reconhecimento da coesão europeia.

Folha Informativa SRAA

2025-10-24

As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, estão abrangidas, desde 1 de julho de 1992, por um programa para fazer face às consequências da ultraperiferia, designado por Programa de Ações Específicas ligadas ao Afastamento e à Insularidade (POSEI).

Este regime estabelece um conjunto de medidas relativas à agricultura nas Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, que resultam na necessidade de compensar a situação excecional das Regiões Ultraperiféricas da União referidas no artigo 349.º do Tratado que visa compensar os sobrecustos e dificuldades de produção, apoiando as produções animais e vegetais, a transformação, a comercialização e o abastecimento.

As produções agrícolas locais nos Açores e na Madeira, ultrapassam em muito a sua dimensão económica e representam também, um importante fator social, destacando-se a criação de emprego e a fixação de pessoas no meio rural, sobretudo de jovens, a sustentabilidade e a segurança alimentar, a sustentabilidade e a preservação ambiental.

Está estabelecido entre os dois governantes uma atuação de reivindicação na defesa da existência futura do POSEI junto do Governo da República e das instituições europeias.

Fonte - Secretários da Agricultura de Açores e Madeira concertam posições e analisam protocolos - Comunicação - Portal



Estado das Culturas e Previsão das Colheitas – setembro de 2025

A passagem da tempestade pós-tropical Gabrielle, cujos efeitos se fizeram sentir com maior intensidade nas ilhas do grupo central, causou prejuízos significativos na cultura do milho para forragem.

[Estado das Culturas e Previsão das Colheitas – setembro de 2025](#)

Fonte - SREA



República Portuguesa

Notícias



Lançamento do Projeto Europeu POMATO para Combater Doenças Bacterianas em Culturas de Batata e Tomate

O projeto POMATO (Estratégias eficazes de gestão para combater surtos de *Clavibacter sepedonicus* e *Ralstonia solanacearum* em culturas de batata e tomate) foi oficialmente lançado com o objetivo de enfrentar a crescente ameaça das doenças bacterianas que afetam culturas hortícolas essenciais. Financiado pela União Europeia no âmbito do programa Horizonte Europa, com um orçamento total de 6,5 milhões de euros, este projeto de quatro anos visa minimizar as perdas nas colheitas e reforçar a sustentabilidade dos sistemas agrícolas na Europa e na América Latina.

O projeto teve início oficial marcado por uma reunião de dois dias, realizada nos dias 13 e 14 de maio de 2025, na Universidade de Burgos (UBU), instituição coordenadora do consórcio. O encontro reuniu todos os parceiros do POMATO para alinhar objetivos e dar início às atividades colaborativas.

Liderado pela Universidade de Burgos, o consórcio POMATO integra 16 parceiros, entre universidades, institutos de investigação, PMEs, empresas agroquímicas e agricultores da Europa e da América Latina. O projeto centra-se no estudo das bactérias *Clavibacter sepedonicus* e *Ralstonia solanacearum*, dois dos patógenos bacterianos mais destrutivos que ameaçam as culturas solanáceas. Estes microrganismos, classificados como pragas de quarentena listados na categoria A2 da EPPO, representam sérios riscos fitossanitários e económicos na União Europeia e a nível global. Em resposta a este desafio, o projeto desenvolverá soluções integradas de gestão de pragas (Integrated Pest Management, IPM), naturais e ambientalmente seguras, que serão testadas em campo. Estas soluções irão combinar tecnologias avançadas de deteção precoce, métodos de controlo biológico e ferramentas digitais de apoio à decisão. Desde a fase de desenvolvimento, será realizada uma avaliação de segurança e sustentabilidade (quadro SSbD – Safe and Sustainable by Design) das soluções POMATO, assegurando que são seguras e sustentáveis.

Folha Informativa SRAA

2025-10-24

Notícias

Os ensaios de campo e atividades de validação decorrerão tanto em estufas como em campos naturalmente infetados na Europa e na América Latina, garantindo que as soluções são escaláveis e adaptáveis a diferentes condições climáticas e agrícolas. Paralelamente às inovações técnicas, o projeto avaliará os impactos socioeconómicos e apresentará recomendações políticas alinhadas com o quadro SSbD.

Em Portugal, o Food4Sustainability desempenha um papel fundamental no projeto POMATO, estando envolvido em diversas atividades, nomeadamente:

- apoiar a disseminação e valorização das inovações do POMATO, através da organização de atividades de envolvimento de múltiplos atores e partes interessadas;
- contribuir com conhecimento especializado em sistemas alimentares sustentáveis, através da aquisição de imagens de drones de culturas de tomate infetadas, e apoio no desenvolvimento de modelos avançados baseados em inteligência artificial para deteção precoce de doenças;
- validar ensaios de campo em culturas europeias de batata e tomate sob condições reais de infeção por *Clavibacter sepedonicus* e *Ralstonia solanacearum*.

Com uma duração de 4 anos, de 1 de maio de 2025 a 30 de abril de 2029, o projeto POMATO pretende transformar a forma como as doenças bacterianas na batata e no tomate são geridas, contribuindo diretamente para o Pacto Ecológico Europeu (EU's Green Deal) e para a Estratégia "Do Prado ao Prato" (Farm to Fork Strategy). O projeto reforça ainda a cooperação internacional e o compromisso da Europa com a segurança alimentar e a resiliência ambiental.

✓ Parceiros do Projeto POMATO

Universidad de Burgos, Plant Breeding and Acclimatisation Institute, Agrosavia, University of San Francisco of Quito, IRIS Technology Solutions, Idener research & development, Wageningen University & Research, Fundación tecnológica advantx, Centre for Plant Biotechnology and Genomics (UPM-INIA/CSIC), Institut Jozef Stefan, Chemia, Fertico, InoSens, Polish Seed Trade Association, European Potato Trade Association, Food4Sustainability - Associação para a Inovação no Alimento Sustentável

Fonte - Rede Rural Nacional — Lançamento do Projeto Europeu POMATO para Combater Doenças Bacterianas em Culturas de Batata e Tomate



Investigadora da Universidade de Évora propõe uso da matéria orgânica como métrica global da saúde do solo

A matéria orgânica do solo poderá servir como indicador global da saúde dos solos agrícolas, segundo um artigo científico publicado pela investigadora **Isabel Brito**, da Universidade de Évora, em coautoria com **Michael J. Goss**, da Universidade de Guelph (Canadá). O estudo, divulgado no âmbito da iniciativa **Codex Planetarius**, propõe um método acessível e cientificamente robusto para avaliar a qualidade deste recurso essencial à sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

O artigo, intitulado "*Soil organic matter as a global metric for soil health: integrating soil biology and agro-ecosystem management*", analisa os principais desafios associados à monitorização da saúde do solo — um elemento crucial para a **produção de alimentos**, a **regulação climática**, a **conservação da água** e a **preservação da biodiversidade**.

Os autores sublinham que "as crescentes pressões decorrentes da intensificação agrícola, das alterações climáticas e das mudanças de uso representam múltiplas ameaças para o solo e prejudicam a sua qualidade". Perante este cenário, defendem que a avaliação e monitorização regulares são indispensáveis para orientar políticas e práticas agrícolas mais sustentáveis.

Embora os microrganismos desempenhem um papel essencial na fertilidade e estrutura dos solos, as metodologias existentes para medir a sua diversidade e atividade são, segundo os investigadores, **dispendiosas e difíceis de padronizar**, o que limita a sua aplicação em larga escala.

Neste contexto, Isabel Brito e Michael Goss sugerem que a **matéria orgânica do solo** — por fornecer **habitat, nutrientes e energia para os microrganismos** — pode funcionar como um **indicador indireto, mas fiável**, da saúde biológica dos solos. "A matéria orgânica do solo reflete de forma integrada os aspetos biológicos, físicos e químicos do solo", referem os autores, acrescentando que a sua medição pode ser realizada com recurso a técnicas **acessíveis e tecnologicamente avançadas**, como a **espectroscopia** e a **deteção remota**.

Folha Informativa SRAA

2025-10-24

Notícias

A adoção desta métrica em políticas públicas e práticas agrícolas permitiria, segundo os investigadores, **comparar resultados entre regiões e sistemas de produção e tomar decisões com base em evidência científica**. “Esperar pela métrica perfeita para avaliar a saúde do solo pode fazer adiar decisões que são prementes. A matéria orgânica oferece um ponto de partida sólido e cientificamente fundamentado”, defendem.

O estudo integra uma série de investigações promovidas pelo **Codex Planetarius**, uma iniciativa internacional que procura definir **critérios mínimos de desempenho ambiental** para os alimentos comercializados globalmente, reforçando a ligação entre **ciência do solo, sustentabilidade e segurança alimentar**.

Fonte - Rede Rural Nacional — Investigadora da Universidade de Évora propõe uso da matéria orgânica como métrica global da saúde do solo

Eventos



Agrária de Coimbra promove 8.º Seminário "Desafios da Conservação em Portugal" – 27 de outubro

A Escola Superior Agrária do Politécnico de Coimbra (ESAC-IPC) promove, no próximo dia 27 de outubro, das 09h00 às 11h30, presencialmente (sala A1.13) e on-line, mais uma edição do Seminário "Desafios da Conservação em Portugal".

Para este seminário, que vai já na sua 8.ª edição e é promovido no âmbito da Unidade Curricular de Biodiversidade e Conservação das Licenciaturas de Tecnologia e Gestão do Ambiente e de Turismo em Espaços Rurais e Naturais da ESAC, estão convidados quatro especialistas. Em abordagem vão estar o Plano Nacional de Restauro da Natureza, o papel dos documentários e conteúdos audiovisuais na conservação da natureza, a recuperação de fauna selvagem e a conservação de mamíferos em Portugal.

O seminário conta ainda com a intervenção de Manuela Abelho, coordenadora da Licenciatura de Turismo em Espaços Rurais e Naturais da ESAC, na sessão de abertura.

Os interessados em participar devem inscrever-se [aqui](#).

Anexo: [Programa do 8.º Seminário "Desafios da Conservação em Portugal"](#)

Fonte - Rede Rural Nacional — Agrária de Coimbra promove 8.º Seminário "Desafios da Conservação em Portugal"

Folha Informativa SRAA

2025-10-24



União Europeia



Notícias do Parlamento Europeu



Monitorização do solo: Parlamento aprova nova lei da UE com melhor apoio aos agricultores

- Objetivo geral: alcançar solos europeus saudáveis até 2050
- Lista pública de solos potencialmente contaminados em todos os países da UE
- Simplificação para os Estados-Membros e sem novas obrigações para agricultores ou silvicultores
- Estima-se que cerca de 60 a 70% dos solos da UE estejam em mau estado

✓ A nova lei garantirá que o solo seja monitorizado em todos os países da UE e que os agricultores recebam melhor apoio para melhorar a saúde e a resiliência do solo.

Na quinta-feira, o Parlamento aprovou o acordo político provisório sobre a [proposta da Comissão](#) para uma lei de monitorização do solo. O objetivo geral é ter solos europeus saudáveis até 2050, em consonância com a ambição da UE de “poluição zero”. Pretende também proporcionar um quadro europeu mais coerente e harmonizado para a monitorização do solo.

✓ Monitorização e avaliação dos solos da UE

De acordo com a nova lei, os Estados-Membros terão de monitorizar e avaliar a saúde do solo nos seus territórios, utilizando descritores comuns do solo – caracterizando os aspetos físicos, químicos e biológicos da saúde do solo para cada tipo de solo – e uma metodologia da UE para pontos de amostragem. Para simplificar, os Estados-Membros poderão basear-se em campanhas nacionais de monitorização do solo ou outras metodologias equivalentes. A Comissão apoiará os Estados-Membros reforçando o atual programa europeu de amostragem de solos, [LUCAS Soils](#). Oferecerá também apoio financeiro e técnico adaptado.

Para refletir diferentes níveis de degradação do solo e condições locais, os governos nacionais definirão metas sustentáveis não vinculativas para cada descritor do solo, em conformidade com o objetivo geral de melhorar a saúde do solo.

✓ Sem novas obrigações para agricultores

Para proteger agricultores e silvicultores, a diretiva acordada não impõe quaisquer novas obrigações aos proprietários ou gestores de terras. Em vez disso, obriga os países da UE a ajudá-los a melhorar a saúde e a resiliência do solo – a capacidade do solo de continuar a desempenhar o seu papel importante no ecossistema. As medidas de apoio podem incluir aconselhamento independente, atividades de formação e capacitação, bem como promoção da investigação e inovação, e ações de sensibilização sobre os benefícios da resiliência do solo. Os Estados-Membros terão também de avaliar regularmente o custo financeiro para agricultores e silvicultores de melhorar a saúde e a resiliência do solo.

✓ Solos contaminados

A lei exigirá que os Estados-Membros elaborem uma lista pública de locais potencialmente contaminados no prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor e que resolvam quaisquer riscos inaceitáveis para a saúde humana e o ambiente. Por fim, será elaborada uma lista indicativa de substâncias emergentes que possam representar um risco significativo para a saúde do solo, a saúde humana ou o ambiente, e para as quais são necessários dados, 18 meses após a entrada em vigor da lei. Esta lista incluirá PFAS relevantes (também conhecidos como “químicos eternos”) e pesticidas.

✓ Declaração

Após a votação, o relator Martin Hojsík (Renew, SK) afirmou: “Sem solos saudáveis não há futuro; sem conhecimento sobre o seu estado não podemos protegê-los. Estou muito satisfeito por todos os Estados-Membros passarem finalmente a conhecer melhor o estado da saúde dos seus solos e por os agricultores serem ajudados a protegê-los e melhorá-los.”

Folha Informativa SRAA

2025-10-24



Notícias do Parlamento Europeu

✓ Próximos passos

A diretiva entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE. A partir dessa data, os países da UE terão três anos para cumprir.

✓ Contexto

Estima-se que 60 a 70% dos solos europeus estejam em mau estado devido à urbanização, baixas taxas de reciclagem de terrenos, intensificação das práticas agrícolas e alterações climáticas. Os solos degradados são grandes impulsionadores das crises climática e da biodiversidade, e reduzem a prestação de serviços essenciais dos ecossistemas. Isto custa à UE pelo menos 50 mil milhões de euros por ano, [segundo a Comissão](#).

Fonte - [Soil monitoring: Parliament adopts new EU law with better support for farmers](#) | Atualidade | Parlamento Europeu



A Estratégia do Prado ao Prato

A Estratégia do Prado ao Prato faz parte do Pacto Ecológico Europeu, cujo objetivo é atingir a neutralidade climática da União até 2050. A Estratégia do Prado ao Prato consiste num quadro estratégico que engloba iniciativas e objetivos políticos destinados a tornar o sistema alimentar da União Europeia mais sustentável e respeitador do ambiente. A estratégia inclui iniciativas regulamentares e não regulamentares, sendo a política agrícola comum e a política comum das pescas instrumentos fundamentais para apoiar uma transição justa.

Ficha temática da UE: [A Estratégia do Prado ao Prato](#)

Fonte - [A Estratégia do Prado ao Prato](#) | Think Tank | Parlamento Europeu



Desenvolvimento rural e a PAC

Enquanto segundo pilar da política agrícola comum (PAC), a política de desenvolvimento rural da União visa apoiar as suas zonas rurais e responder aos muitos desafios económicos, ambientais e sociais que enfrentam. Uma maior flexibilidade (em comparação com o primeiro pilar) permite às autoridades regionais, nacionais e locais formular os seus regimes de apoio ao desenvolvimento rural com base num «menu» de medidas à escala da UE. Ao contrário do primeiro pilar, que é inteiramente financiado pela União, os programas do segundo pilar são cofinanciados por fundos da UE e por fundos regionais ou nacionais.

Ficha temática da UE: [Desenvolvimento rural e a PAC](#)

Fonte - [Desenvolvimento rural e a PAC](#) | Think Tank | Parlamento Europeu